

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE LETRAS

DANIEL ROA MORINIGO

**DISCURSO IDEOLÓGICO DA PROPAGANDA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA: UMA
ABORDAGEM DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

JARDIM
2010

DANIEL ROA MORINIGO

**DISCURSO IDEOLÓGICO DA PROPAGANDA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA: UMA
ABORDAGEM DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Letras –
Habilitação Português/Inglês da Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de
Jardim, apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de licenciado em Letras, sob a
orientação da Profª MSc. Roseli Peixoto Grubert

Jardim
2010

DANIEL ROA MORINIGO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**DISCURSO IDEOLÓGICO DA PROPAGANDA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA: UMA
ABORDAGEM DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Prof^a Msc Roseli Peixoto Grubert
Orientadora

Prof Dr. Miguel Eugenio Almeida

Prof^a Esp. Michele Serafim dos Santos

FICHA CATALOGRÁFICA

MORINIGO, Daniel Roa.

Discurso ideológico da propaganda da Polícia Comunitária: uma abordagem da Análise Crítica do Discurso. Trabalho de Conclusão de Curso de Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Jardim – 2010.

1. ACD. 2. Polícia Comunitária. 3. Discurso Publicitário.

DEDICATÓRIA

A meu pai pelo exemplo dado e pela bondade, a minha mãe pela sua riquíssima sabedoria e sensibilidade, ela me ensinou a enxergar com os olhos do coração.

A minha amada esposa Emilene, pelo apoio, incentivo e compreensão durante a realização desse trabalho.

Aos meus amados filhos Daniel Cassio e Gabriel que são a grande razão do meu viver.

E, a todos os policiais militares que acreditam e almejam uma Polícia Militar melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela família maravilhosa que me concedeu, e por poder contar com sua presença e proteção a cada passo dado, a ti Nosso Deus, toda honra e toda glória, eternamente. Amém.

Aos meus pais que me ensinaram a viver com dignidade, que iluminaram os meus caminhos com afeto e dedicação, a vocês que não foram apenas pais, mas também amigos e companheiros, principalmente nos momentos mais difíceis em que meus ideais pareciam distantes e inatingíveis, dedico minha conquista com a mais profunda admiração e respeito.

A minha esposa e aos meus filhos que sempre estiveram ao meu lado me apoiando nos momentos mais difíceis, sempre com muito carinho e paciência. Obrigado por existirem.

Aos professores do curso de Letras que desempenharam o máximo de si para a boa formação dos alunos.

E, agradeço também a minha orientadora Prof^a. MSc. Roseli Peixoto Grubert, pela confiança que sempre depositou em mim, pessoa que tenho uma profunda admiração.

Sem sonhos, as perdas se tornam insurpotáveis,

As pedras do caminho se tornam montanhas,

Os fracassos se transformam em golpes fatais.

Mas, se você tiver grandes sonhos...

Seus erros produzirão crescimento,

Seus desafios produzirão oportunidades,

Seus medos produzirão coragem.

Por isso, meu ardente desejo é que você

Nunca desista de seus sonhos.

Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho monográfico intitulado “Discurso ideológico da propaganda da Polícia Comunitária: uma abordagem da Análise Crítica do Discurso” tem como objetivo analisar um discurso publicitário impresso, o qual foi veiculado na revista da Polícia Militar de Setembro de 2005, edição comemorativa, utilizando para tal o aporte teórico da Análise Crítica do Discurso, baseada nos estudos discursivos de Norman Fairclough, sendo que nessa perspectiva foram realizadas abordagens da linguagem e relações sociais de poder; e tal proposta abrange uma abordagem que atribui grande relevância à compreensão da linguagem na condução da vida social, preenchendo uma lacuna quanto à atenção dada ao discurso como elemento que molda e é moldado pelas práticas sociais.

Palavras Chave: 1. ACD; 2. Polícia Comunitária; 3. Discurso Publicitário

ABSTRACT

This study, "Critical Analysis of Discourse and Community Police: A discourse of ideological propaganda", aims at analyzing a speech printed advertising, which was shown in the September 2005 military police journal, an anniversary edition. The theoretical framework is based on the Critical Discourse Analysis, by Norman Fairclough, being the perspective approaches built by the relationship between gender, language and social relations of power. This proposal includes an approach that attaches great importance to the understanding of language in conduct of social life, filling a gap on the attention paid to speech as an element that shapes and is shaped by social practices.

Keywords: 1. ACD 2. Community Policing 3. Speech Advertiser

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO I	
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1. Análise Crítica do Discurso.....	12
1.1 Ideologia e Poder.....	15
1.2 Discurso Publicitário.....	17
1.3 Polícia Militar de Mato Grosso do Sul.....	18
1.4 Polícia Comunitária.....	21
CAPÍTULO II	
2. Análise do Discurso Publicitário no Policiamento Comunitário.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho, *Discurso ideológico da propaganda da Polícia Comunitária: uma abordagem da Análise Crítica do Discurso*, foi idealizado a partir das considerações teóricas da Análise Crítica do discurso, através dos estudos de Norman Fairclough, aplicadas à análise de um folder publicitário, veiculado em uma revista comemorativa da Polícia Militar de Mato Grosso do sul.

A Análise Crítica do Discurso trabalha dialogicamente com as ciências sociais promovendo uma base científica para questionamentos críticos da vida social em termos políticos e morais. A prática política e o discurso mantêm e transformam as relações de poder dentro das entidades visando sempre ao meio social. Sendo que o discurso não pode ser analisado apenas sob seu aspecto linguístico, e sim como um jogo estratégico de ação e reação, onde mantêm e transforma os significados de mundo nas mais diversas relações de poder.

O interesse do pesquisador da temática deste trabalho surge da necessidade de uma profunda mudança estrutural do sistema de segurança pública no País (BALESTRERI, 2003); e esse processo de transformação passa pela educação dos profissionais de segurança e sociedade, através da integração entre o meio acadêmico - científico, a experiência prática dos operadores da segurança pública e a sociedade, sendo esta em sua mais ampla diversidade. (BALESTRERI, IDEM).

Este novo norte rompe com a estrutura cindida que existe entre a polícia e a comunidade, buscando transformar em uma única força estes dois elementos. Segundo Balestreri (IDEM), instaura-se uma lógica de empoderamento educacional do agente de segurança pública, para a visão de Polícia Comunitária que é uma filosofia organizacional assentada na idéia de uma Polícia prestadora de serviços, agindo para o bem comum, na comunidade, exercendo sua atividade com plenitude, eficácia e interação com o meio social e, nessa parceria, a comunidade tem o direito de não apenas ser consultada, mas também, participar das decisões sobre as prioridades das instituições de defesa social, influir nas estratégias de policiamento, como contrapartida

da sua obrigação de colaborar com o trabalho da polícia no controle da criminalidade e na preservação da ordem pública.

O objetivo principal deste trabalho é mostrar o discurso ideológico presente em um folder publicitário sobre a Polícia Comunitária, veiculado na edição comemorativa dos 170 anos da Polícia Militar e, fazer um estudo demonstrando como alguns aspectos ideológicos têm o poder de moldar o discurso.

Por não existirem outros trabalhos com esta temática na UEMS de Jardim, esta pesquisa se mostra relevante trazendo uma contribuição sobre tais assuntos, revelando um pouco sobre a Polícia Militar e, também, sobre o Policiamento Comunitário e a ACD.

A metodologia deste trabalho é fundamentada na teoria da ACD, e o *corpus* será analisado com base no modelo tridimensional.

O estudo está organizado da seguinte forma: Capítulo I – Fundamentação Teórica, serão apresentados com base em Fairclough (2001), alguns expostos dos principais conceitos da teoria escolhida, e também a respeito do modelo tridimensional de análise, modelo este onde o discurso é analisado a partir de três dimensões essenciais: a análise do discurso como texto, do discurso como prática discursiva e do discurso como prática social. Sendo assim, todas essas dimensões estão relacionadas dialeticamente, fazendo parte da dinâmica analítica do material discursivo como um todo e, no próximo tópico: - *Discurso Publicitário*, com base em Charaudeau (2006), serão feitas elucidações sobre o tema.

No terceiro item, intitulado *Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul* será abordado um breve histórico sobre a instituição e, no tópico seguinte, será focado o policiamento comunitário, suas características, seus princípios e o modo como a comunidade em geral participa de tal postura educativa.

A seguir, no segundo capítulo: *Análise do discurso publicitário no Policiamento Comunitário*, será analisado o corpus desta pesquisa, um folder publicitário sobre a Polícia Comunitária, veiculado na edição comemorativa dos 170 anos da Polícia Militar, veiculado na revista da Polícia Militar de Setembro de 2005, edição comemorativa, utilizando para tal o aporte teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Segundo Resende e Ramalho (2006), a Análise Crítica do Discurso¹ foi um termo introduzido por Norman Fairclough da Universidade de Lancaster, em um artigo publicado em 1985. A grande proposta de sua teoria é examinar em profundidade não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social; sendo que o grande marco para o estabelecimento de tal corrente linguística foi a revista de Van Dijk, “Discourse and Society”, em 1990. Os autores relatam também que, disciplinarmente, a ACD confere continuidade aos estudos convencionalmente referidos como Linguística Crítica – LC; sendo importante salientar que a ACD e LC pertencem a ramos distintos do estudo da linguagem.

Rezende e Ramalho (2006) consideram que a ACD é uma teoria e um método de análise do discurso, seu universo teórico-metodológico caracteriza-se por uma forte preocupação social e deriva de abordagens multidisciplinares ao estudo da linguagem, sendo sua maior preocupação a investigação do papel da linguagem em geral na produção, manutenção e mudança de relações sociais de poder.

De acordo com Fairclough (2001), a ACD é uma abordagem do discurso e da linguagem que une conceitos e métodos oriundos da Linguística e das Ciências Sociais de forma satisfatória, sendo considerada inovadora, e surgiu a partir da realização do sonho de um grupo específico de linguistas que queriam criar um método que analisasse a linguagem aliada às teorias linguísticas, sociológicas e políticas; que em suas visões era o único modo adequado para tratar a linguagem; linguagem esta que a

¹ Deste ponto em diante usarei a sigla ACD para me referir à Análise Crítica do Discurso.

ACD propõe-se a estudar como prática social, levando em consideração o contexto, visando traçar um paralelo entre a linguagem e o poder.

Fairclough (2001) ainda argumenta que a ACD pretende demonstrar como as práticas linguístico-discursivas estão entranhadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação, e que esta nova teoria linguística pretende também aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de pessoas sobre outras, sendo que tal consciência é o principal passo para a emancipação.

A ACD é uma forma de ciência crítica que foi concebida como ciência social destinada a identificar os problemas que as pessoas enfrentam em decorrência de formas particulares da vida social e destinada, igualmente, a desenvolver recursos de que as pessoas podem se valer a fim de abordar e superar esses problemas (FAIRCLOUGH, 2001, p.185)

Para Resende e Ramalho (2006), a ACD aborda uma relação intrínseca com as ciências sociais, promovendo uma base científica para questionamentos críticos da vida social em termos políticos e morais, deixando à mostra a justiça social e a relação de poder. Com isso esse método de análise qualifica os discursos como práticas sociais e não apenas como atividades individuais ou reflexos da vida social, sendo que os discursos atuam sobre o mundo; nesse sentido atua igualmente sobre os outros, na forma de representação e significação do mundo, ou seja, é o “modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento da vida social interconectado a outros elementos” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 28).

Esses autores argumentam ainda que para o entendimento dessa teoria é imprescindível compreender dois conceitos centrais: discurso e prática social, ou melhor, discurso como prática social.

Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Segundo, implica uma relação dialética entre discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre prática social e estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. (FAIRCLOUGH, idem, p.91)

Fairclough (2001) teoriza , sob a ótica da ACD, o discurso é visto como prática social, de representação e significação do mundo, sendo entendido como constituinte do social, como um modo de ação e também como uma forma de representação, “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, idem, ibidi).

Na concepção de Brandão (2004) o discurso é visto como interação e também como um modo de produção social, não podendo mais ser analisado apenas sob seu aspecto linguístico. Assim, o discurso é o espaço em que o saber e o poder se articulam, funcionando como um jogo estratégico de ação e reação, de dominação e libertação.

Fairclough (2001) ressalta que para trabalhar com o discurso é necessário uma análise tridimensional, deixando explícito que qualquer evento ou exemplo de discurso pode ser considerado, ao mesmo tempo, um texto (análise lingüística), um exemplo de prática discursiva (análise de produção e interpretação textual) e também um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo); sendo que todas essas dimensões estão dialeticamente relacionadas, fazendo parte da dinâmica analítica do material discursivo como um todo; sendo que essas categorias analíticas podem ser agrupadas conforme o quadro abaixo:

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário	Produção	Ideologia
Gramática	Distribuição	Sentidos
Coesão	Consumo	Pressuposições
Estrutura textual	Força	Metáforas
	Coerência	Hegemonia
	Intertextualidade	Orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas

Na análise do discurso os textos são estudados mediante os mecanismos internos de produção do discurso, tais como vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual.

O vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. (FAIRCLOUGH, 2001, p.103)

Na análise das práticas discursivas, são estudados os mecanismos que promovem a articulação dos diferentes discursos e, de acordo com Rezende e Ramalho (2006), essas práticas focalizam os processos sociocognitivos de produção, distribuição, consumo textual e processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares, e “a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais”. (FAIRCLOUGH, idem, p. 106-107) A prática social é mediada pela prática discursiva, pois os processos de produção e interpretação do texto são constituídos pelo caráter da prática social e vice-versa. Sendo assim, a prática discursiva medeia o campo da análise do discurso como texto e como prática social.

Na prática social, são estudadas as repercussões do discurso na materialidade econômica, política, cultural e ideológica dos sujeitos; e, como o discurso pode estar presente em todas elas emergindo na atividade social e nas interações sociais. A partir de tal contexto é feita uma análise sociológica dos eventos discursivos, focalizando os movimentos ideológicos e hegemônicos do discurso, nascidos dos processos sociais e que repercutem tanto para práticas sociais como para materialidades discursivas.

De acordo com Rezende e Ramalho (2006) o modelo tridimensional permite analisar as estratégias linguísticas e de criação de coerências utilizadas, e também as formas ideológicas e hegemônicas presentes no texto e sua relação com a rotina social.

1.1 IDEOLOGIA E PODER

Fairclough (2001) nos afirma que as ideologias são significações, construções da realidade, e são construídas em várias dimensões de formas e sentidos das práticas discursivas, contribuindo para a produção, reprodução e/ou transformações das relações de dominação. Na ideologia observam-se os aspectos do texto que podem ser investidos ideologicamente, como os sentidos das palavras, as pressuposições, as metáforas e o estilo.

O conceito hegemonia constitui um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes ou blocos dominantes. É onde se observam as orientações da prática social, que podem ser orientações econômicas, políticas, ideológicas e culturais; e também onde se procura investigar como o texto se insere em focos de luta hegemônica, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos.

Para Fairclough (2001), os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas vigentes.

Magalhães (2004) ressalta ainda que a ACD esclarece as conexões entre o uso da linguagem e as relações hegemônicas e ideológicas em favor dos que se encontram em desvantagens no âmbito dessas relações, criando um método que avalie a linguagem, e ao mesmo tempo alie teorias linguísticas, sociológicas e políticas, dando um poder essencialmente dinâmico.

Dessa forma a linguagem como força social promove uma relação entre discurso e estrutura social, utilizando uma alternativa multidisciplinar na investigação dos fenômenos discursivos, procurando estabelecer um quadro analítico em que possa ser mapeada a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais, fazendo com que haja uma reflexão entre a determinação do discurso e sua construção social.

A partir de tal contexto, Fairclough (2001) aponta que o discurso pode ser definido por diferentes interpretações, dependendo do contexto ao qual foi inserido; por exemplo, na propaganda se designa como discurso publicitário, e seu principal objetivo

é oportunizar a abertura de um leque de oportunidades para se fazer uma leitura crítica, levando o leitor a um exercício de consciência de sua cidadania.

Assim, o autor esclarece que as relações intrínsecas entre o discurso e o poder podem se manifestar das mais variadas maneiras, conforme o objetivo deste trabalho que é mostrar o discurso ideológico presente em um folder publicitário sobre a Polícia Comunitária, veiculado na edição comemorativa dos 170 anos da Polícia Militar, sendo que no caso da referida pesquisa é interessante frisar o poder que o discurso possui, na medida em que envolve participantes separados no tempo e no espaço se configura em discurso de mídia e em especial o da publicidade.

1.2. DISCURSO PUBLICITÁRIO

Segundo Charaudeau (2006), o discurso publicitário é uma forma de comunicação que tem por objetivo atingir as massas, possuindo o principal objetivo de informar e comunicar. Seu papel é o de desenvolver atitudes e provocar, de preferência, ações benéficas para o anunciante. Sua função é difundir informações, raciocínios e idéias que permitam a todos seus receptores estarem mais bem informados sobre produtos, serviços ou qualquer outra informação que se queira divulgar.

De acordo com Charaudeau (idem), o discurso pode ser classificado como informativo ou propagandista, pois têm em comum o fato de estarem particularmente voltado ao público alvo. Enquanto o propagandista serve para seduzir ou persuadir seus receptores, o informativo tem a função de transmitir saber.

Para Fairclough (2001), o discurso pode ser derivado de uma estética que partirá de um princípio discursivo, por exemplo, da fotografia, o qual lidará com o lado perceptível e também com a lógica abstrata das idéias. Assim o discurso representado pela propaganda da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul será determinado a partir de valores ideológicos sugeríveis e identificáveis por meio de suas marcas de enunciação, ou seja, tal imagem foi elaborada de maneira a vincular a atenção do receptor à nova ordem social da instituição.

A partir de tal contexto, Fairclough (idem) aponta que é por meio dos discursos que as pessoas dos mais variados grupos sociais podem exercer o poder sobre outras no conjunto de relações que estabelecem na sociedade a que pertencem, e as imagens tem o poder de dominação e de troca de relações sociais de poder.

1.2 POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL

Conforme descrito na edição comemorativa da revista da Polícia Militar de Setembro de 2005, em 05 de Setembro de 1835 o Governo Provincial sancionou a lei decretada pela assembléia mato-grossense que criou o Corpo Policial com a denominação de Homens do Mato, com o efetivo de 01 comandante ou capitão, 03 cabos e 24 soldados, divididos em três esquadras. É organizado, então, o primeiro Corpo Policial no Estado de Mato Grosso, segundo consta no Ato Adicional da Constituição de 1824.

Por ocasião da Guerra do Paraguai, o Corpo Policial Homens do Mato, devido à reorganização recebida, teve nova denominação de Companhia de Pedestres e, mais tarde, com o advento da Proclamação da República, obteve a designação de Força Pública, conservando este nome até 1934, quando passou a denominar-se Força Policial Militar.

Pelo decreto nº 337 de 25 de julho de 1947, a Corporação recebeu a denominação de Polícia Militar, ainda em vigor nos dias atuais.

Criado o Estado de Mato Grosso do Sul, pela Lei Complementar nº 31 de 11 de Outubro de 1977, estava concomitantemente criada a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, que foi emancipada a 1º de janeiro de 1979, com a nomeação do Tenente-Coronel PM Edgar Alexandre de Figueiredo para comandar interinamente a Corporação.

A Polícia Militar é o órgão encarregado das missões de preservação da ordem pública e policiamento ostensivo em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como objetivo principal a preservação da ordem pública.

De acordo com Galli (1991) o principal papel da PM é zelar pelo progresso da sociedade e dos bons costumes, pelo bem-estar do povo e pela tranqüilidade geral, sendo que ela foi instituída para assegurar a execução das leis, garantir a liberdade dos cidadãos, salvaguardar a segurança dos homens de bem, assegurando a estabilidade e protegendo a ordem social.

Corroborando com essas reflexões, Dallari (1996) considera que a Polícia Militar em seu ideal de servir, deve ser tranquila na sua atuação, comedida em suas ações, presente em todo lugar e sempre protetora.

Sendo que nos primórdios da formação dos policiais militares, os principais instrutores técnicos eram oficiais temporários oriundos do Exército Brasileiro, estes oficiais eram formados para comandar tropas em guerra ou defender nossas fronteiras, desse modo, não havendo um preparo adequado para atender e lidar com a população, ou seja, durante anos a Polícia Militar teve uma cultura excessivamente ligada à caserna, sem haver nenhuma preocupação em aprimorar seus serviços em prol da população. Os policiais sempre tiveram distantes da população, dentro das viaturas, protegidos por forte aparato bélico, ocasionando cada vez mais um distanciamento com o cidadão.

Outro motivo para a população se manter à distancia da instituição é um certo receio em relação a Polícia Militar, para Dallari (1996) esse receio foi construído historicamente pelas práticas de repressão durante a ditadura militar, pois foram realizados muitos abusos e atos opressores em nome da Segurança Nacional.

Na concepção de Silva (2003, p. 518):

É pouco provável que alguém discorde da afirmação de que a polícia brasileira ainda carrega as marcas da truculência; que não se livrou totalmente do papel de garantir uma ordem social historicamente calcada na hierarquia social e na discriminação. [...], sobretudo as tradicionais vítimas, pessoas pobres da periferia das grandes cidades.

Assim, a imagem que tais setores que são marginalizados têm é de que a Polícia Militar não garante sua segurança e ainda pode em determinado momento agir

de modo arbitrário, por exemplo, em operações policiais onde todos os moradores das favelas são tratados como marginais.

Há, ainda, o fato da PM normalmente ser usada como solução para questões sociais:

Se crianças e adolescentes perambulam pelas ruas, sem escolas e sem casa, entregues a toda sorte de vícios, sendo explorados, corrompidos e prostituídos por adultos (e às vezes roubando e matando), este não será um problema da sociedade, e sim um caso de polícia. Se jovens de classe média se entregam às drogas, em promiscuidade com traficantes, a “culpa” será dos traficantes, e não será um problema de suas famílias e da comunidade, e sim um caso de polícia. [...] E vai a polícia para o “combate”, de preferência armada de fuzil. (SILVA, 1992, p. 524)

Ainda de acordo com Silva (idem, ibid) :

A culpa é do governo e da polícia. Como o governo é um ente abstrato, materializando-se apenas neste ou naquele governante momentâneo; e como a polícia como instituição também é uma abstração, a “culpa” recai naqueles que materializam a polícia: milhares de homens e mulheres comuns do povo que a integram.

De acordo com Cathala (1973), a PM é frequentemente objeto de críticas demolidoras, de apreciações muitas vezes injustas, que na maioria das vezes, coloca toda a instituição sob suspeita, mais ou menos velada, por amplos os setores da opinião pública, principalmente nos dias de hoje onde a mídia tem presença garantida na discussão dos problemas sociais, e que muitas das vezes utiliza o sensacionalismo como tempero dessas relações.

Para alguns setores da sociedade a organização policial tornou-se algo complexo, afastado das comunidades locais, constrangida a recorrer prioritariamente à força mais do que ao consenso na contenção da ordem pública.

Segundo Balestreri (2003), com o avanço do processo de democratização da sociedade brasileira, o modo de pensar e agir da PM está sendo alterado, de modo a adequar-se aos valores democráticos e, esse caminho passa pela superação se seqüelas deixadas pelo Regime Militar, velhos ranços psicopáticos, que às vezes, ainda estão abancados no poder, crença de que competência se alcança com truculência e não pela técnica, todos estes incompatíveis com a nobreza da missão policial.

A instituição está tentando melhorar seus serviços prestados à sociedade, tendo a consciência de que o momento não é mais de repressão, mas sim de aproximação da comunidade. E, essa aproximação se dá pelas novas modalidades de policiamento, como por exemplo o Policiamento Comunitário. Com estas ações que integram polícia e sociedade espera-se que novos sentidos possam ser construídos a respeito da imagem social da instituição policial e da auto imagem do PM.

1.4 POLÍCIA COMUNITÁRIA

O Policiamento Comunitário é uma opção da Polícia Militar em abrir suas portas para o público civil, um novo modo de oferecer o serviço policial à comunidade, com senso de justiça e transparência nos serviços prestados. Esta nova modalidade de policiamento não pode ser visto como a solução dos problemas de insegurança pública, mas uma forma de facilitar a aproximação da comunidade favorecendo a participação e demonstrando à sociedade que grande parte da solução dos problemas de insegurança depende da própria sociedade.

Silverberg (2000) teoriza que o policiamento comunitário é uma filosofia operacional orientada à divisão de responsabilidades entre a Polícia e cidadãos no planejamento e na implementação das políticas públicas de segurança, sendo que tal conceito revela a consciência de que a construção de uma relação sólida e construtiva com a sociedade pressupõe um empenho da Polícia em adequar as suas estratégias e prioridades às expectativas e necessidades locais.

A Polícia Comunitária sintetiza a missão pró-ativa e preventiva das organizações policiais em sociedades democráticas, essa filosofia muda a maneira como a Polícia Militar presta serviço à comunidade, encorajando uma parceria entre sociedade e a instituição, com base no respeito mútuo e na cooperação.

E de acordo com Trojanowicz (1999, p. 04):

O policiamento comunitário é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a comunidade e a Polícia, baseando-se na premissa do trabalho mútuo para, assim juntas, identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais e, em geral a decadência do local onde moram, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida da área.

Trojanowicz (idem) ressalta que essa filosofia aceita e respeita a participação de qualquer pessoa da comunidade, sem discriminação de qualquer espécie, e que qualquer esforço de policiamento só terá sucesso se todos os setores da sociedade forem envolvidos: a corporação policial, a comunidade, as autoridades, a comunidade de negócios, as entidades representativas, a mídia e outras instituições. Sendo que cada um desses elementos, com suas próprias características, desenvolvam entre si, um perfeito relacionamento de modo a propiciar variantes que garantam a todos, estabilidade, segurança e conforto, buscando assim, prevenir qualquer forma de crime.

De acordo com Silverberg (2000), a comunidade tem que estar envolvida através de mecanismos próprios, porque além de sua participação ser muito valiosa, também proporciona uma relação nova e mais aberta, de tal forma que possua o direito de não apenas ser consultada, mas que também participe das decisões sobre as prioridades das instituições de defesa social, influenciando nas estratégias de policiamento, isso como contrapartida de sua obrigação de colaborar com o trabalho da Polícia no controle da criminalidade e na preservação da ordem pública.

A participação das autoridades, da comunidade de negócios, das entidades representativas e outras instituições, oportunizam os princípios básicos do policiamento comunitário, como também pode significar um fator de multiplicação e ajuda na integração com os demais segmentos.

Para Trojanowicz (1999), a mídia tem um papel fundamental para o projeto de policiamento comunitário alcançar o sucesso, pois, a partir do momento que ela se torna conhecedora de tal projeto, de sua filosofia e ação, ela passa a promover o esclarecimento da população, pois, é importante ressaltar que esta nova estratégia de policiamento surgiu na corporação militar e, esta sendo implantada de dentro para fora, havendo por esse motivo muitos obstáculos a serem superados, como por exemplo, a

mudança de pensamento e atitude da Polícia Militar em relação à sociedade e vice-versa.

Um grande problema a ser superado pela PM é a falta de experiência da instituição em divulgar suas ações que são realizadas no dia-a-dia e, que estão muito pouco presentes na memória das pessoas.

Desse modo, Silverberg (2000) ressalta que, a partir dessa perspectiva, torna-se necessário e imprescindível o desenvolvimento de uma ação educativa dirigida ao público civil com o objetivo de consolidar essa nova filosofia, bem como de propiciar o preparo policial militar para o desempenho de suas funções em consonância com os princípios filosóficos do policiamento comunitário.

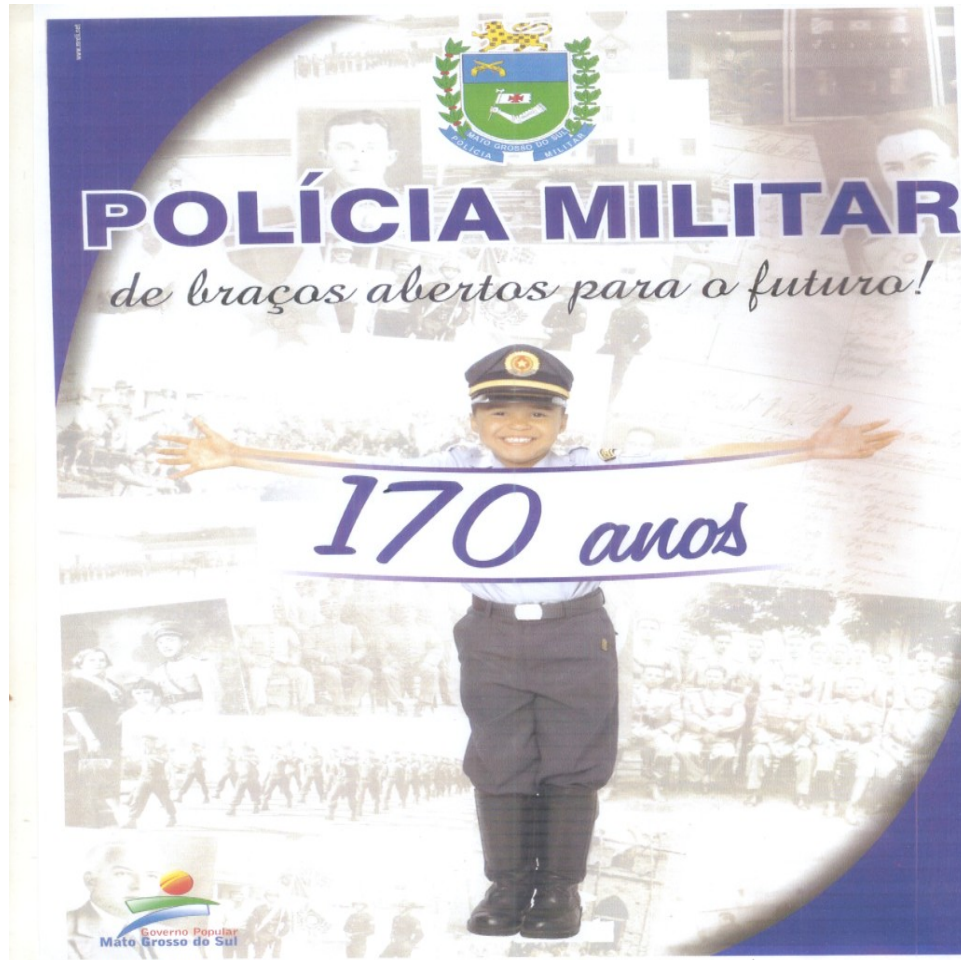
De acordo com o livro “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária” editado pela Secretária Nacional de Segurança Pública, o processo de implantação e efetivação da nova filosofia é regido por alguns princípios, cuja base é a comunidade, com foco na resolução criativa de problemas, promovendo o desenvolvimento da confiança mútua e enfatizando a participação da comunidade.

Segundo Trojanowicz (1999), a Polícia Comunitária, como filosofia, amplia a atuação da Polícia Militar de mero controle formal para uma dimensão muito mais abrangente, que multiplica a capacidade de prevenção, em função de que não se limita somente a ação da PM, sendo assim, proporciona que a própria comunidade, engajada no processo de Polícia Comunitária, passe a realizar ações de várias ordens que se refletem em criar um novo enfoque da vida em comunidade. O autor (idem) ainda argumenta que a partir de tal contexto, a Polícia Militar não se torna indispensável, pelo contrário, ela apenas muda seu foco de ação, assumindo uma configuração de mediadora dos conflitos sociais e de catalisadora da integração social.

Portanto, a Polícia Militar tem, no policiamento comunitário, a melhor oportunidade de compartilhar o seu poder de intervir no meio social e fazer valer o dispositivo constitucional, que estende a todos: a responsabilidade e o direito à segurança pública.

CAPITULO II

2. ANÁLISE DO DISCURSO PUBLICITÁRIO NO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO



A propaganda selecionada foi uma foto escolhida em uma edição comemorativa do mês de aniversário da instituição Polícia Militar, sendo que tal revista é anual e é editada apenas nesta data festiva para a corporação, e sua circulação foi dentro de todos os quartéis policiais militares, nas instituições civis em que o trabalho está diretamente relacionado com a segurança pública.

Ao analisarmos tal imagem pelo modelo tridimensional da ACD, constatamos que o discurso selecionado é uma propaganda ideológica, que tenta globalizar a sociedade e a instituição militar, evidenciando que o discurso que antes era privado, produzido apenas com militares, possui agora uma representatividade totalmente diferente, no lugar de um policial truculento de cara fechada, uma criança sorrindo.

Desta forma, será realizada uma análise de cunho cultural do discurso, colocando em foco os momentos ideológicos e hegemônicos da fotografia, determinando assim em qual momento social foi realizada tal produção, e a partir de quando se realizará a troca de relações sociais de poder.

Conforme discutido por Fairclough (2001), tal prática discursiva revela uma mudança social e cultural. Pois a instituição sempre foi muito fechada, sem muitas aberturas para o público civil, e agora sente a necessidade de um trabalho que tenha a participação de entes da sociedade, é uma mudança que caminha a passos lentos, pois, a circulação da revista poderia ser aberta ao público, que através de tal imagem se sentiria inserida no meio militar.

A foto é estruturada de forma que em nosso primeiro olhar o destaque principal seja a de um garoto fardado, de braços abertos, com um sorriso destacado, e sobre seus braços os dizeres “**170 anos da Polícia Militar**”, isso nos leva a inferir a intencionalidade de mostrar a sociedade inserida na instituição militar, uma integração que assegura a todos a democratização do acesso à segurança, à justiça e à cidadania, conforme destacado por Silverberg (2000).

É uma integração que está dando certo, pois hoje, através de vários programas sociais, crianças e adolescentes estão gradativamente sendo inseridos na PM.

Alguns desses programas são: PROERD – Programa Educacional de Resistência à Violência e as Drogas – é um projeto que tem como principais objetivos desenvolver um sistema de prevenção à violência e ao uso de drogas em escolas de redes públicas e privadas, para crianças e adolescentes, através da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e os modelos de vida saudável, tudo isso de acordo com nossa realidade. O PROERD é desenvolvido na rede escolar de ensino por policiais habilitados no assunto, que ministram aulas com

duração de 45 a 60 minutos, durante o ano letivo, contando com a presença do professor titular da turma. Em Jardim, o programa foi iniciado em 2002 e já atendeu 2180 alunos.

ABCTran – Projeto Beneficente e Cultural do Trânsito – tem como objetivo principal educar, orientar e acompanhar crianças carentes na faixa de sete a quatorze anos; suas atividades são o reforço escolar e alimentar, orientação religiosa, orientação familiar e atividades de lazer.

Existem também outros projetos em andamento na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul como a Patrulha Mirim, o Florestinha, a Banda Mirim, a Equoterapia, Informática para todos.

A fotografia possui um pano de fundo onde estão ilustradas várias imagens que relembram a recente história da Polícia Militar e, concomitantemente, a de nosso Estado, e de acordo com Lazzarini (1995) são lembranças que remetem a um Período Ditatorial, onde a Polícia era submetida e instrumentizada politicamente como elemento de repressão do governo, era a fase do Estado contra a sociedade.

A análise desses dois momentos do discurso publicitário corrobora com Fairclough (2001), demonstrando como as práticas linguístico-discursivas estão entranhadas com as estruturas sócio políticas mais abrangentes de poder e dominação, pois, se alguém que participou direta ou indiretamente do governo militar, observar o pano de fundo da foto, certamente se lembrará dos duros anos de ditadura, e também perceberá que a PM mudou e se adequou às mudanças histórica, social e cultural, sendo que tal mudança é perceptível por suas ações atuais, servindo como exemplo a fotografia escolhida para este trabalho.

Essas mudanças têm se refletido na imagem, onde a instituição Polícia Militar se harmoniza com a sociedade momento este em que é observada a imagem do garoto, onde a Polícia se mescla com a sociedade; o garoto está inserido na foto representando toda sociedade, sendo um ponto em que a instituição Polícia Militar faz questão de explicitar esse laço comunidade - no meio militar, ou seja, faz a integração da sociedade com a PM. Através da análise da fotografia ressalta o foco principal da

ACD, que através de discursos são desmistificadas crenças que servem de suporte a estrutura de dominação.

Acima do menino estão os dizeres “**Polícia Militar de braços abertos para o futuro**”, esse discurso é a nova situação comportamental pelo qual está atravessando a instituição Polícia Militar, principalmente no que diz respeito ao relacionamento junto a sociedade, “**de braços abertos**” demonstra claramente a necessidade da aproximação dos policiais com as pessoas da comunidade, é a abertura das portas da caserna para a sociedade, é uma atitude que vai ao encontro das necessidades de união, solidariedade e também preocupação com a coletividade. De acordo com Trojanowicz (1999), é uma nova visão de segurança pública, que proporciona a parceria entre a comunidade e a Polícia, baseando-se na premissa do trabalho mútuo, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da população.

Apesar de toda mudança, a PM não deixa de demonstrar sua ideologia através de alguns instrumentos de controle, que é seu principal monopólio de força, tais instrumentos são representados na figura do Estado, um dos exemplos é a logomarca do Governo Estadual no canto esquerdo inferior da foto, é o poder atuando como bem feitor da vida pública.

Outro exemplo é o Brasão das Armas, localizado na parte superior central da foto está , que é representado por um escudo do tipo peninsular tendo a cor azul em sua parte mais nobre; cor que expressa o céu que cobre o nosso Estado, simbolizando sabedoria, justiça, lealdade e caridade; em seu lado superior direito duas pistolas cruzadas em ouro, símbolos da Polícia Militar, que representam a glória a grandeza e o mando, as pistolas são uma manifestação de poder, poder este que durante muito tempo afastou a sociedade da PM, é um símbolo que representa perante a comunidade, uma arbitrariedade que já não condiz com o policiamento comunitário; já o ouro remete às riquezas minerais do solo, de vital importância para o desenvolvimento econômico do estado.

Abaixo dessa alegoria sobre o campo verde representando nossas pastagens e matas, é a cor heráldica da esperança, da fé, da amizade e do respeito; ao centro está o braço do bandeirante em metal prata, empunhando o machado e a bandeira com a

Cruz de Cristo, que simboliza a intrepidez e a bravura dos ancestrais. A cor prata traduz bondade, pureza e vitória, qualidades inerentes aos sentimentos nobres.

Sob o escudo, aparece a figura ativa de uma onça pintada representante legítima de nossa fauna exuberante a ser preservada e protegida, é um símbolo que pode ser interpretado como demonstração de fúria, pois, a onça pintada com a boca aberta e mostrando suas presas, nos remete uma posição de ataque, causando um certo desconforto e medo, impedindo uma aproximação mútua. À direita um ramo de café frutificado e à esquerda outro de erva mate florido, ambos representativos de culturas significativas, históricas e importantes para nossa economia.

A partir da análise da fotografia fica evidenciado o poder e mando que a PM representa à frente da sociedade, e que levou a instituição Polícia Militar a ver que precisava de uma outra modalidade de policiamento, optando assim pelo policiamento comunitário, uma importante arma a disposição da democracia para união com a comunidade.

Os resquícios que perduram do período da mão de ferro da PM perante a comunidade são muitos e, difíceis de serem esquecidos, mas, a instituição esta buscando novas alternativas para uma maior aproximação junto a comunidade, um dos exemplos é essa abertura demonstrada na fotografia e, de acordo com a ACD, existe uma mudança de poder, que a imagem prova que é real e, não apenas algo bonito de se ver, e sim uma realidade que esta se implantando dentro dos quartéis da PM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas Considerações finais esperamos elucidar sobre o significado de policiamento comunitário, e também demonstrar evidências que possam sinalizar como a ACD traz possibilidades sobre mudanças de poder a partir da fotografia analisada.

Através da referida pesquisa e leitura, tivemos um breve contato a respeito do policiamento comunitário, que na concepção de Trojanowicz (1999), é uma filosofia de policiamento em que a PM atua em parceria com a comunidade, tendo como objetivo principal melhorar a segurança pública e principalmente a qualidade de vida da população.

Tal modalidade de policiamento deve possibilitar uma relação de maior proximidade e confiança entre a PM e a população, “um serviço policial que se aproxime das pessoas, com nome e cara bem definidos, com um comportamento regulado pela frequência pública cotidiana” (FERNANDES, 1994, pág. 10), sendo que o verdadeiro significado de Polícia Comunitária se define na reciprocidade: a PM é o público e o público é a PM. Tal ideologia sustenta-se na afirmação de Fairclough (2001), que a partir do momento que um discurso é aceito pela sociedade, se transforma em uma prática ideológica, que passamos a usar expondo nossas crenças e valores, refletindo nossa visão de mundo, e servindo também como instrumento de manipulação ideológica. Sendo este um exemplo claro de como certos aspectos ideológicos têm o poder de moldar o discurso.

Neste sentido, este trabalho consiste em um exercício de reflexão sobre o papel dos discursos que circulam na mídia e sua relação com a construção da identidade de cidadania e responsabilidade social.

Na análise da fotografia , verificamos que a partir/pelo discurso incorporamos a possibilidade de podermos reverter práticas discursivas, ideológicas e hegemônicas, e que pela ACD podemos entender de que maneira o autor representa os indivíduos e suas ações. Assim sendo, ao analisarmos criticamente qualquer tipo de discurso, poderemos nos situar a partir de nossa realidade, como o participante do texto é

retratado individualmente, e, também, estaremos mostrando padrões ideológicos e hegemônicos que regem condutas, opiniões e comportamentos, a partir de um grupo social, de uma comunidade isolada ou também de toda a sociedade.

Assim, esperamos que este trabalho de uma contribuição para os professores e estudantes do curso de Letras que se interessam pela ACD e também pela segurança pública, que o mesmo possa sanar dúvidas e ampliar seus conhecimentos nas referidas áreas.

REFERÊNCIAS

- BALESTRERI, Ricardo. **Direitos Humanos Coisa de Polícia**. Edições CAPEC, Passo Fundo, RS: 2003.
- BRANDÃO, Helena: **Introdução à Análise do Discurso**. São Paulo: Unicamp, 2004
- CATHALA, Fernand. **Polícia: Mito ou Realidade**. São Paulo: Ed. Mestre Jou. 1973
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006
- DALLARI, Dalmo de Abreu in: **O papel da Polícia no regime Democrático**. São Paulo: Mageart. 1996
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FERNANDES, Rubem César. In: **Policamento Comunitário: Como começar**. Rio de Janeiro: POLICIERJ, 1994
- GALLI, Ítalo. **Anais do IV Encontro Nacional dos Delegados de Polícia**. São Paulo: São Paulo, 1991
- MAGALHÃES, Célia (org.). **Reflexões sobre análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2001
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise crítica do discurso**. São Paulo: Contexto. 2006.
- Revista da Polícia Militar Setembro de 2005, Edição Comemorativa.
- Secretária Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. Portaria SENASP N° 002/2007 – Brasília- DF: SENSP. 2008
- SILVA, Jorge. **Segurança Pública e Polícia: Criminologia Crítica Aplicada**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1992.
- SILVERBERG, Christine. **Policamento Comunitário versus militarização**. Revista Unidade: Porto Alegre, n. 44, out/dez, 2000.
- TROJANOWICZ, Robert. **Policamento Comunitário: como começar**. 2ª ed. São Paulo: PMESP e Editora Parma, 1999.

Decreto nº 337 de 25 de julho de 1947

Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977